

CONSTRUINDO O ATENDIMENTO EM REDE

Janete Aparecida Giorgetti VALENTE*

RESUMO

O SAPECA é um programa previsto no art.90 do Estatuto da Criança e do Adolescente, como colocação familiar e tem por finalidade atender a criança e o adolescente vítima de violência doméstica, em famílias acolhedoras. Esse trabalho envolve uma atenção especial à família natural objetivando o retorno da criança à sua família, desde que de forma protegida. Para isso procura oferecer à família a possibilidade de acesso à rede pessoal e de serviços, com trabalhos de orientação psicossocial individual, no grupo familiar, nos grupos familiares entre si e com os serviços da comunidade.

Palavras-chave: Família, Violência Doméstica, Rede Pessoal, Rede de Serviços.

(*) É Assistente Social, supervisora do programa SAPECA da Prefeitura Municipal de Campinas/SP.

ANÁLISE DO ATENDIMENTO EM REDE A UMA FAMÍLIA

APRESENTAÇÃO

O presente trabalho foi apresentado no “Fórum Permanente de Debates” da Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Faculdade de Serviço Social em Maio de 2002 pelas Assistentes Sociais Adriana Pinheiro e Janete Aparecida Giorgetti Valente do Programa SAPECA. Tem por finalidade apresentar a atenção oferecida ao atendimento de um caso dentro da dinâmica de trabalho do Programa SAPECA. Entendemos que a retirada de uma criança de sua família representa a ponta de um iceberg; quando procuramos conhecer a problemática que envolve o caso, descobrimos uma família precisando ser cuidada. Esta apresentação, em particular, descreve a dinâmica de trabalho que motiva a rede de atenção em direção ao cuidado da criança e da família. Acreditamos que quando a família consegue acessar os programas de proteção e reconhecer sua própria rede pessoal e social ela tem a possibilidade de cumprir o seu papel essencial: oferecer cuidado e proteção aos seus membros.

INTRODUÇÃO

Para começarmos a falar em rede, proponho primeiramente contextualizar o momento em que estamos e o significado dessa ação hoje para nós trabalhadores sociais, profissionais responsáveis pela proposição e efetivação constante de políticas públicas na área da Assistência Social.

Precisamos enfatizar que esta prática está inclusa e prevista na legislação brasileira, que é o resultado de anos de lutas que desencadearam proposições novas, um novo fazer na área da Assistência Social.

Lutas iniciadas pelo povo brasileiro, por muitos colegas nossos, continuadas por nós, e que com certeza em um movimento constante, rumo à possibilidade da emancipação, equidade e cidadania plena.

No final dos anos 80, após lutas e reivindicações, o povo brasileiro conquista a Constituição Federal – Constituição Cidadã que efetiva uma grande conquista ao garantir à Assistência Social o status de Política Pública, propondo a mudança da prática clientelista em participação ampliada de cidadania.

A partir disso, conquistamos outras leis que detalham os direitos e deveres da criança e do adolescente em 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente, como também em 1993 a Lei Orgânica da Assistência Social que estabelece como deve ser feita a Assistência Social, a Lei de Diretrizes Básicas detalhando as ações da educação e cada qual sendo detalhada em sua área de atuação: idosos, pessoas portadoras de deficiências, entre outras.

Dentro dessas leis vemos instituída a formação de Conselhos que trabalharão para garantir esses direitos, sempre em uma perspectiva de participação, buscando elevar a qualidade de vida da sociedade de forma mais equânime e justa.

Nesse detalhamento participamos de outra grande mudança paradigmática onde nossas crianças e adolescentes passam de “menor em situação irregular” para “sujeito em condição peculiar de desenvolvimento” e declara-se que quem está em situação irregular é a sociedade que o acolhe.

“NENHUMA CRIANÇA PODERÁ MAIS SER RETIRADA DE SUA FAMÍLIA POR MOTIVO DE POBREZA – O ESTADO TERÁ QUE INSTITUIR PROGRAMAS DE PROTEÇÃO PARA QUE A CRIANÇA E O ADOLESCENTE POSSA SER CRIADO NO SEIO DE SUA FAMÍLIA....”

Nesse modelo o sistema descentralizado e participativo propõe fortalecer a articulação Estado e Sociedade, estabelecendo

novos conceitos de participação e formação de uma rede de inclusão e de proteção social em um trabalho conjunto com as demais políticas setoriais

Apesar dos grandes avanços em leis formuladas ao encontro de necessidades tão vivas e presentes na nossa realidade, caminhamos quinze anos a partir da Constituição, ainda com muitas dificuldades.

Estamos preparados para práticas inclusivas, totalizadoras, emancipatórias?

Estamos realmente preparados para atender uma família respeitando seus mitos, ritos, com acolhimento, escuta, atentos a seu ciclo de vida, suas verdades, seus arranjos?

Humberto Maturana nos ensina que:

“...somente se minhas relações com o outro se derem na aceitação do outro como um legítimo outro na convivência e, portanto, na confiança e no respeito, minhas conversações com esse outro se darão no espaço de interações sociais.”

*“Para que haja história de interações recorrentes, tem que haver uma **emoção** que constitua as condutas que resultam em interações recorrentes. Se esta emoção não se dá, não há histórias de interações recorrentes, mas somente encontros casuais e separações...”⁽¹⁾*

Estamos conseguindo caminhar juntos?

Reconhecer as reais necessidades da família?

Entrar com a família em seu mundo para reconhecer as suas verdades?

A falta de programas que realmente atendam as necessidades das famílias, mostra que hoje ainda vivemos muitas práticas que ora inclui a família como vítima, ora como culpada e percebemos que ao

(1) Maturana R., Humberto. “Emoções e Linguagem na educação e na política”, Belo Horizonte: Ed. UFMG 1998

invés de emancipar, cria-se situações que acabam por violentá-las ainda mais.

O quanto a miséria e a degradação estão fazendo parte das famílias, retratando o seu abandono dentro do cenário social do nosso país.

Crianças e adolescentes vitimizados - escancarando o grito de socorro de famílias precisando serem cuidadas.

Para que uma lei chegue a ser criada ela representa a necessidade explicitada pelos membros que compõem essa sociedade, porem percebemos que ainda existe muita distância nas proposições e ações.

Como poderemos de fato mudar essa situação?

Somos trabalhadores sociais, portanto, responsáveis em participar dessa construção.

Sabemos também que para mudar uma cultura instituída, necessitamos de um período significativo, pois afinal reconhecemos em nós mesmos essas dificuldades. Apesar de inseridos nesse contexto de lutas, deparamo-nos muitas vezes com discursos corretos porem com práticas ainda centradas em premissas instituídas e ainda impregnadas num inconsciente coletivo que retrata ações fragmentadas, políticas individualistas, pacotes prontos que incluem famílias sob pontos de vista particulares e parciais.

Precisamos clarear cada vez mais o nosso caminhar e com certeza só o conseguiremos unindo esforços, talentos, disposições, coragem e luta.

Histórico do Programa SAPECA

O SAPECA – Serviço Alternativo de Proteção Especial à Criança e ao Adolescente, vinculado à Secretaria Municipal de Assistência Social, da Prefeitura Municipal de Campinas, foi criado em junho de 1997, para atender crianças e adolescentes vítimas de

violência doméstica, em regime de colocação familiar, conforme o que determina o Estatuto da Criança e do Adolescente, em seus artigos 19 e 90, item III, sendo o seu referencial teórico adotado pelo Laboratório de Estudos da Criança—LACRI do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo.

Num primeiro momento, propôs-se atender crianças de 0 a 6 anos vitimizadas, que na falta de outras opções possíveis, são retiradas de suas famílias pelo Conselho Tutelar ou Vara da Infância e Juventude.

O atendimento a essas crianças é feito através de *famílias acolhedoras*.

Entende-se aqui por FAMÍLIA ACOLHEDORA aquela que voluntariamente tem a função de acolher em seu espaço familiar, pelo tempo que for necessário, a criança/adolescente vítima de violência doméstica que para ser protegido foi retirado de sua família natural, respeitando sua identidade e sua história, oferecendo-lhe todos os cuidados básicos, mais afeto, amor, orientação, favorecendo seu desenvolvimento integral e sua inserção familiar, assegurando-lhe a convivência social e comunitária, dando-lhe oportunidades de aprender as coisas do mundo, da vida, para desenvolver suas potencialidades, saber conviver com outras pessoas e ser feliz.

Todas as *famílias acolhedoras* são previamente contatadas, visitadas, cadastradas, treinadas, selecionadas e depois acompanhadas sistematicamente.

Enquanto as crianças permanecem acolhidas pelas *famílias acolhedoras*, um intenso trabalho é desenvolvido junto às suas famílias naturais, visando uma mudança em sua dinâmica, com o propósito de possibilitar o retorno dessas crianças, desde que sanados os riscos de novas violências. Tais famílias naturais não são necessariamente os pais biológicos, podendo ser outros parentes – família extensa ou alguma outra família vinculada à criança, que seja capaz de protegê-la. Após esse retorno continuam (família e criança) em acompanhamento por mais 5 anos, oferecido pelo próprio serviço.

Tanto a *família acolhedora* como a criança vitimizada (respeitando seu nível de compreensão) sabem que, a princípio, todo acolhimento é provisório, independentemente de seu período de duração. Trabalha-se, portanto, com a *família acolhedora*, a resposta social dada com solidariedade no acolhimento à criança e ao adolescente, tendo por base o sentimento de transitoriedade da vida e de tudo que a compõe, buscando a adequada relação com a criança que está sob sua responsabilidade.

Durante o período de acolhimento, estreito acompanhamento é oferecido à *família acolhedora*, visando o melhor atendimento à criança e sempre que necessário também o acompanhamento desta última. Vale ressaltar que a família natural da criança não é informada da residência da *família acolhedora*.

Trata-se de uma proposta alternativa, difundida em diferentes países, com bons resultados, através da qual o amor sem posse, o investimento incessante na educação para uma vida de responsabilidade, dignidade e respeito, são elementos indispensáveis para as famílias que se dispõem a dividir seus espaços com uma criança/adolescente.

No Brasil, vários municípios de diferentes estados vêm procurando informações sobre essa forma alternativa de proteção à criança e ao adolescente, com a finalidade de estudar a proposta e planejar a implantação de trabalho semelhante.

Principais parceiros de atendimento em rede neste caso:

PGFRM - Programa de Garantia de Renda Familiar Mínima

CRIAD - Centro de Referência e Informação em Alcoolismo e Drogadição

NADEQ – Núcleo de Atendimento à Dependentes Químicos

CEVI – Centro de Vivência Infantil

CMPCA - Centro Municipal de Proteção à Criança e ao Adolescente (Abrigo Municipal)

ISN - Instituto Souza Novaes

Descrição do caso: Todos os nomes citados são fictícios

Maria Ermínia, 23 anos

Gustavo, 3 anos

Fábio, 6 anos

Natália, 2 anos

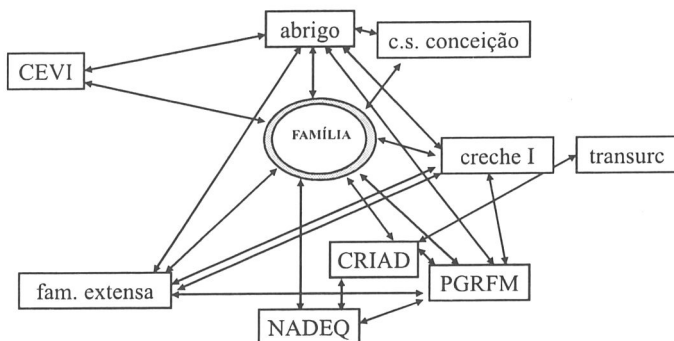


Figura 1. Rede de atenção à família, anterior a dezembro de 2001.

O primeiro contato do SAPECA com a família foi em dezembro de 2001 quando as crianças Gustavo, de 3 anos, e Natália, de 2 anos, chegaram ao programa encaminhados pelo CMPCA. Nessa ocasião alguns serviços já compunham uma rede de atenção a essa família, conforme descrito na figura 1. Os parágrafos abaixo apresentam um breve histórico do caso até essa data.

A família vinha sendo acompanhada pela equipe técnica do PGRFM e por uma creche da região. Maria Ermínia estava em atendimento no CRIAD para tratamento à dependência química quando, em abril de 2000, foi encontrada alcoolizada com os dois filhos menores em um semáforo. A Polícia Militar encaminhou as crianças ao CMPCA.

Permaneceram lá cerca de 45 dias com muitas dificuldades de adaptação, principalmente por parte de Gustavo que apresentava comportamento agressivo e muitas vezes ficava imóvel olhando para o sol até que alguém o interrompesse oferecendo-lhe atividades das quais, na maior parte das vezes, não manifestava prazer em participar. Isto motivou o envolvimento do CEVI no atendimento.

Em acompanhamento realizado pela equipe técnica do CMPCA, as crianças foram encaminhadas a uma tia materna, que se responsabilizou pelo cuidado e proteção. A mãe continuava apresentando dificuldades de adesão ao tratamento destinado a dependentes de substâncias psicoativas.

Mesmo com a tia assumindo a responsabilidade pelas crianças, o conflito familiar agravou-se, com as crianças ainda expostas à violência por parte da mãe. O fato foi denunciado e as crianças foram novamente abrigadas no CMPCA.

Nessa ocasião o caso já havia sido discutido com os profissionais do SAPECA. Foi consenso atender às crianças no programa, uma vez que se dispunha de família qualificada e disposta a acolher os dois irmãos.

O atendimento no SAPECA

A equipe técnica do SAPECA, juntamente com a família acolhedora, compareceu ao CMPCA para receber as crianças. Em princípio optou-se em manter as crianças na Creche para que as mudanças em suas vidas não fossem tão abruptas.

Como a genitora encontrava-se internada para tratamento, o CMPCA e o PGRFM, por terem, até então, o vínculo com a família, encarregaram-se de contatar a mãe, explicando a transferência das crianças para o SAPECA e oferecendo-lhe material explicativo com o endereço do programa. Esclareceram que a equipe técnica do SAPECA estaria visitando-a para explicar o atendimento de forma mais detalhada.

No dia seguinte Maria Ermínia deixa voluntariamente a instituição de tratamento de dependência química, NADEQ, e procura a creche onde as crianças estavam. A profissional da creche entra em contato com a psicóloga do PGRFM e esta com o SAPECA, que juntos realizam o atendimento.

Após escuta e esclarecimentos necessários, Maria Ermínia pediu que pudesse retornar à internação, o que acarretou o envolvimento do CRIAD para análise e possível reencaminhamento. Neste momento a rede de atendimento imediata era formada pelos programas Creche, SAPECA, PGRFM e CRIAD. Contratos são firmados e a genitora é encaminhada ao NADEQ.

O trabalho do SAPECA prossegue fazendo novas conexões: Centro de Saúde e CEVI, que também estavam atendendo à família. Os profissionais do CEVI, face às novas possibilidades do atendimento – rotina, limites, convivência familiar – sugeriram que Gustavo passasse a ser atendido pela psicóloga do Centro de Saúde próximo à residência da família acolhedora, com avaliação no prazo de seis meses. Neste momento tanto o CEVI como o Centro de Saúde que atendiam a família transferem o atendimento ao novo Centro de Saúde.

“No que se refere ao trabalho educativo com a criança e o adolescente, o próprio Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA propõe uma perspectiva articulada em rede, como se pode observar no art. 86: A política de atendimento dos direitos da Criança e do Adolescente far-se-á através de um conjunto articulado de ações governamentais e não governamentais, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos municípios. Sendo assim, tanto no âmbito da Lei quanto no campo científico e social, encontramos subsídios para o desenvolvimento de trabalhos socioeducativos, construídos de forma compartilhada e aberta junto aos

vários segmentos comprometidos com uma sociedade mais justa para todos."²

*"A articulação/combinção de conhecimento e ação inter-programas, intersetorial inter governamental, permite potencializar o desempenho da política pública, porque arranca cada ação do seu isolamento e assegura uma intervenção agregadora, totalizante, incluyente."*³

Para trabalhar o fenômeno da violência doméstica, pressupõe a articulação da rede pessoal e social como estratégia de construção de novos elos na direção da inclusão social e possibilidade de rompimento do círculo de violência.

Nesta etapa, torna-se fundamental conhecer a rede de apoio pessoal e social para entendimento da problemática e estabelecimento do trabalho.

*"Uma rede é um sistema de nós e elos capaz de organizar pessoas e instituições, de forma igualitária e democrática, em torno de um objetivo comum."*⁴

*"A rede social pessoal é um conjunto de seres com quem interagimos de maneira regular, com quem conversamos, com quem trocamos sinais que nos corporizam, que nos tornam reais. Co-construtores, fazem parte intrínseca de nossa identidade."*⁵

A figura 2 citada a seguir representa a rede de atendimento nesta fase, com os parceiros principais descritos acima e outros parceiros que participaram da análise das alternativas possíveis à atenção, quer com oferecimento de serviços ou em consultas.

⁽²⁾ UBE, Walter. "Redes sociais – possibilidade metodológica para uma prática inclusiva", in Políticas Públicas, Belo Horizonte: Ed. UFMG, Proex, 2002.

⁽³⁾ Carvalho, Maria do Carmo Brant, "Um início de debate sobre a questão das redes" 2001.

⁽⁴⁾ Francisco Whitacker.

⁽⁵⁾ Sluzki, Carlos E. "A rede social na prática sistêmica, alternativas terapêuticas", São Paulo: Casa do Psicólogo, 1997.

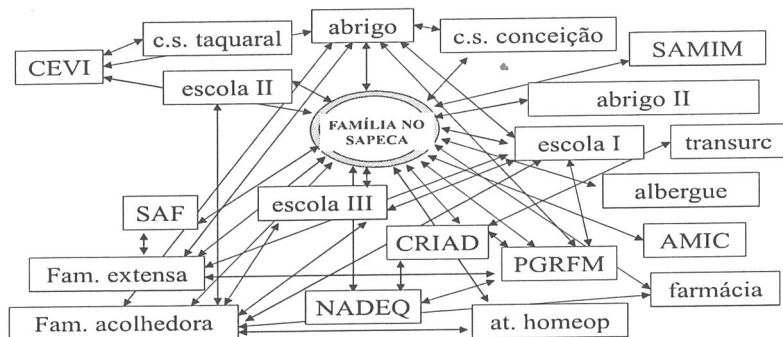


Figura 2. Rede de atenção à família na fase inicial de atendimento pelo programa.

Os parceiros foram sendo procurados conforme as necessidades foram surgindo, para maior entendimento da problemática e também como oferecimento de apoio às necessidades apontadas por Ermínia. A história foi sendo contada por ela e também pelas pessoas e serviços que os atenderam até a presente data. Necessidades fundamentais do ser humano não estavam contempladas no atendimento e serviços de saúde, educação, moradia, foram sendo chamados a compor a atenção.

“A importância da rede de vínculos não tem sido discutida e apropriada como já recomendam as pesquisas sobre a infância. A cisão entre a família e as instituições ainda permanece e isto tem provocado uma grande dificuldade na adaptação social da população infanto-juvenil em situação de risco.”⁶

Visitamos a avó materna para aprofundar o conhecimento da história familiar. Pudemos perceber muita fragilidade nos vínculos:

⁽⁶⁾ GUARÁ, I.M.F.R et al. Gestão municipal dos serviços de atenção à criança e ao adolescente. São Paulo: IEE/PUC-SP; Brasília: SAS/MPAS, 1998.

Maria Ermínia tinha sido criada em abrigo desde seu nascimento. Há aproximadamente quatro anos, por iniciativa própria, veio a Campinas a procura de sua mãe, que só então conheceu, juntamente com alguns irmãos. Contava então com 19 anos. Há também outros irmãos que, como ela, também foram criados em abrigos e não se relacionam com a família.

Só conheceremos esta família ouvindo-a e percebendo sua história. A escuta passa a ser parte fundamental no atendimento. Todos os elementos da família passam a ter papel importante, pois será através deste conhecimento que poderemos identificar a rede de relações familiares, sócio-econômicas e culturais. Passaremos a identificar o ciclo-de-vida, a trajetória de cada um e o relacionamento interpessoal, com seus mitos crenças e costumes, e, enfim, identificar com quem poderemos de fato contar como apoio ao atendimento à criança e sua família.

Nos primeiros contatos com a família já podemos sentir o caráter involuntário dos atendimentos (a criança foi retirada de sua família). Surgem os medos, a insegurança, a incompreensão.

O trabalho profissional será o de esclarecer que esta atenção é um direito da família, garantido pela Constituição Federal, LOAS (Lei Orgânica da Assistência Social) e ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente). A realidade da família mostra que ela não conseguiu acessar os programas ou estes não atingiram suas necessidades. Torna-se imprescindível ter consciência do nosso papel profissional no entendimento das dificuldades, avanços e busca da homeostase - "o sistema familiar oferece resistência a mudanças além de um certo limite, mantendo, tanto quanto possível, os seus padrões de interação"⁷, - não exigindo que

(7) CALIL, V.L.L. Terapia familiar e de casal. São Paulo, Summus, 1997.

a pessoa responda por algo para o qual ainda não está preparada – o contrário seria violência.

Concomitantemente começam a integrar esse cenário outros serviços que, com suas especificidades, passam a representar uma rede significativa de apoio à problemática. Esses serviços são vistos como parceiros e co-responsáveis na atenção à família. O caso não é de um único serviço e os diversos olhares precisam integrar o atendimento. Espaços e limites de cada serviço e profissional precisam ser respeitados e o estabelecimento de propostas de trabalhos conjuntos para discussão e ampliação do entendimento com os diversos olhares e contribuições.

O profissional precisa desvestir-se de preconceitos, modelos prontos e reconhecer as dificuldades identificadas no atendimento à família. O processo de conhecimento e aprofundamento da dinâmica família é contínuo. É de fundamental importância que todos os envolvidos aprendam a ouvir sem pré-julgamentos.

Procurar entender a família na sua própria trajetória é comprometer-se a estar junto, permitir que seja criado um ambiente de vínculo acolhedor, sem críticas, possibilitando-se que:

- *Queixas se transformem em pedidos*
- *Expectativas em desejos*

Lembrar que estaremos sempre lidando com um aspecto que quer mudanças e outro que busca a preservação: é oferecer um ambiente onde a pessoa se fortaleça, encoraje-se a buscar soluções próprias.

Em casos como este, mesmo com envolvimento dos profissionais e das pessoas atendidas, freqüentemente ocorrem movimentos espirais que representam os momentos do atendimento e acompanhamento realizado.

Por ser um caso em atendimento estreito e sistemático, passamos a ampliar o nosso olhar e oferecer espaço para os problemas emergirem. Num mesmo caso, um lado pode estar caminhando bem, em processo contínuo de aprendizagem, enquanto outro lado está exigindo maior atenção. São muitos os aspectos que ainda não estão claros na problemática. Por exemplo: pais usuários de droga e possíveis seqüelas no desenvolvimento e comportamento das crianças, reprodução de valores adquiridos, o lugar que cada indivíduo ocupa na família, entre outros.

Para exemplificar este momento da situação uma imagem parece surgir: a de um equilibrista de pratos, que roda um, em seguida outro e num olhar atento precisa movimentar um terceiro e assim sucessivamente, que às vezes parecem querer parar.

Mas algumas perguntas nos surgem neste momento: Quem é o equilibrista? Que energias precisam permear a disposição de todos para que os pratos não parem de rodar? Como manter essa energia suficiente para que o equilíbrio se manifeste?

Com certeza necessitamos de todos e, nesse movimento, profissionais, usuários e recursos têm que estar direcionados nos cuidados uns dos outros, na tentativa de descobrir uma forma de comunicação suficiente para a energia continuar adiante e aberta.

Poderão surgir períodos em que os profissionais precisarão “agüentar e aguardar” acreditando no potencial do outro, nas possibilidades de crescimento, mesmo que futuras – momentos de aparente ruptura.

E, aqui neste caso, partilhamos esse momento onde contratos não foram possíveis de serem cumpridos, percebemos dificuldades muito grandes, e a genitora chega em um limite de não

adesão que não permitia continuidade nos acordos, indo embora, dizendo ter desistido de tudo. E junto dela sentimos nossas energias sofrerem desconexões, dúvidas, incertezas e em uma necessária posição profissional, chegamos a dizer: “a opção é sua, você sabe onde estamos” e “agüentar” dizer e crer em mais uma possibilidade tornava-se importantíssimo.

E a genitora parte nos deixando com muitas reflexões: o que não conseguimos captar em seus pedidos? Será que os vínculos criados foram suficientes para um retorno? E as crianças?

E nos propomos a dar um tempo para que algumas respostas pudessem surgir. Quem se preocupava com ela?

Nesse período o conhecimento mais ampliado de sua rede familiar mostrou muita fragilidade: desemprego, desafeto, envolvimento com drogas, desinteresse. A genitora, em seus relatos, não conseguia incluir seu primeiro filho, Fábio, (abrigado em outra cidade) – era como se ele não existisse.

Seus filhos, que chegaram com muitos comprometimentos de comportamento, estavam sendo cuidados em todos os aspectos necessários ao seu desenvolvimento: escola, saúde, afetividade, escuta, rotina e proteção. Dentro do entendimento possível das crianças, respostas e explicações foram sendo oferecidas. O comportamento apresentado exigia uma grande parcela de paciência, compreensão, entendimento e amor.

As visitas monitoradas que estavam acontecendo com a mãe, para manutenção de vínculos, muitas vezes eram carregadas de agressividade por parte das crianças, denotando as relações já estabelecidas.

Espontaneamente a genitora procura o programa e, numa expressão de desespero, pede ajuda. Consegue neste momento dizer que sentia-se **“repetindo a vida de sua mãe”**.

Existiam muitos aspectos sendo reproduzidos: filhos de relações diferentes; um filho no abrigo sem manutenção de vínculos; filhos no seu convívio, drogas.

Em um grande esforço da equipe muitos contatos são realizados, refletidos com ela, pois não tinha uma moradia fixa e dizia estar sendo muito difícil superar seus problemas pois os que lhe abriam as portas eram usuários também. Percebemos mais uma vez a dificuldade de recursos para “cuidar” de uma família.

Após várias tentativas surge a possibilidade de internação em um programa de recuperação de usuários de drogas que envolvia de princípio a possibilidade de permanência de três meses fora do município e um período de mais três meses em uma casa de apoio, com retorno gradativo à sociedade. Estaria ela pronta? E recursos financeiros para manter esse tratamento?

Entrevistas são realizadas e o programa de recuperação percebe que o SAPECA também oferecia algo novo: a possibilidade das crianças permanecerem por tempo indeterminado em uma família – assistidas pelo programa – e mesmo sem possibilidade de pagamento, oferecem a ela uma vaga social. No mesmo dia ela junta seus pertences e a acompanhamos para a internação.

“A incorporação da dimensão rede social na prática expande a capacidade:

DESCRITIVA : nos permite observar processos adicionais que até então eram simplesmente não reconhecidos;

EXPLICATIVA: facilita nosso desenvolvimento de novas hipóteses acerca de quais variáveis podem ter contribuído para desencadear, originar, mitigar os diversos problemas e soluções, derrotas e triunfos, conflitos e resoluções;

TERAPÊUTICA: nos orienta em termos de nos sugerir novas intervenções transformadoras”⁸

⁽⁸⁾ Sluzki, Carlos E. “A rede social na prática sistêmica, alternativas terapêuticas”, São Paulo: Casa do Psicólogo, 1997.

A figura 3 retrata a inclusão de novos parceiros na rede de atenção à família.

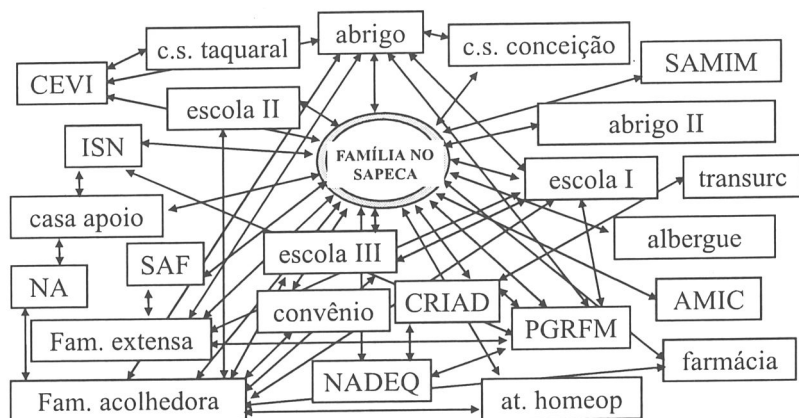


Figura 3. Expansão da rede de atenção à família.

“Não é possível pensar a política voltada para o segmento infanto-juvenil apenas a partir de sujeitos isolados, portadores de direitos. Em realidade, a família e a comunidade são também consideradas sujeitos (ou espaços vitais) e por isso mesmo portadoras não apenas de obrigações, mas de direitos de proteção e de apoio em suas demandas grupais ou coletivas.”⁹

Ter consciência de que nosso trabalho caminha, muitas vezes, da tutela à autonomia, nos dá a tranqüilidade e talvez a energia necessária para essa tutela, no momento em que sentimos necessário.

⁽⁹⁾ GUARÁ, I.M.F.R et al. Gestão municipal dos serviços de atenção à criança e ao adolescente. São Paulo: IEE/PUC-SP; Brasília: SAS/MPAS, 1998.

Hoje outros parceiros estão integrando esta rede de atenção que deve ser, como dito anteriormente, aberta, com movimento suficiente para outros atores entrarem sempre que necessário, rumo ao possível equilíbrio.

Sendo os parceiros responsáveis com o mesmo grau de compromisso, todos sentem o crescimento contínuo que a experiência provoca, sem que haja um comprometimento na autonomia de cada um.

Resumo da situação atual

1. Maria Ermínia, neste momento, venceu a primeira etapa do programa oferecido e foi convidada a participar de um treinamento para conselheira, com duração prevista de um ano.
2. As visitas monitoradas das crianças à genitora continuam.
3. O relacionamento entre as crianças e a mãe evoluiu para uma demonstração de maior afeto.
4. As crianças mostram maior segurança durante as visitas e nas despedidas
5. A genitora tem conseguido refletir sobre seu passado, identificando e enfrentando melhor suas dificuldades.
6. A família acolhedora, disposta a acolher as crianças pelo tempo necessário, continua a oferecer-lhes cuidado e proteção, enquanto a família natural está sendo cuidada.
7. Vários serviços compõem o atendimento em rede, porem a problemática nos mostra que outros estarão entrando conforme as necessidades surgem.
8. A família continua caminhando formando seus laços e acessando os recursos necessárias às suas próprias necessidades, respeitando seu percurso e o tempo necessário.

O SAPECA encontra-se sediado à Av. José de Souza Campos, 1600 (Via Norte-Sul), Bairro Nova Campinas, 13092-050 – Campinas, o telefone/fax para contato é (19) *3294-7384 e seu e-mail: programasapecta@bol.com.br, através dos quais maiores esclarecimentos sobre o programa poderão ser obtidos.

BIBLIOGRAFIA

- ARIÉS, Philippe. História social da criança e da família. Rio de Janeiro, Guanabara, 1986.
- AZEVEDO, M. e GUERRA, V.N.A. Crianças vitimizadas: a síndrome do pequeno poder. São Paulo, Iglu, 1989.
- BARBETTI, Maria H. Serviço Social e Violência Doméstica contra Crianças e Adolescentes, Cadernos Interativos Cadernet, USP, IP, LACRI, 2000.
- BRANT, Maria do Carmo (Org.). A família contemporânea em debate. São Paulo, Cortez, 1997.
- BRASIL. Estatuto da Criança e do adolescente. Lei 8.069 de 13 de julho de 1990.
- CALIL, V.L.L. Terapia familiar e de casal. São Paulo, Summus, 1997.
- GUARÁ, I.M.F.R et al. Gestão municipal dos serviços de atenção à criança e ao adolescente. São Paulo: IEE/PUC-SP; Brasília: SAS/MPAS, 1998.
- KALOUSTIAN, Silvio.(ORG.). Família brasileira a base de tudo. São Paulo, Cortez, 1994.
- MATURANA R. Humberto “Emoções e Linguagem na Educação e na Política”, Belo Horizonte: Ed. UFMG 1998
- MIOTO, Regina Célia T. Família e serviço social. In: Revista Serviço social e Sociedade, 1997, ano XV.nov., n.55.

- SLUZKI, Carlos E. A rede social na prática sistêmica. São Paulo, Casa do Psicólogo, 1997.
- UBE, Walter. "Redes sociais – possibilidade metodológica para uma prática inclusiva", in Políticas Públicas, Belo Horizonte: Ed. UFMG, Proex, 2002.
- WINNICOTT, D.W. Da Pediatria à Psicanálise. Rio de Janeiro, Imago, 2000.
- WINNICOTT, D.W. O ambiente e os processos de maturação. Porto Alegre, Artes Médicas, 1990.

